

Sobre o reducionismo na pesquisa do trauma

On reductionism in trauma research

Sobre el reduccionismo en la investigación del trauma

Ramon Reis dos Santos Ferreira ^{1,2}

Francisco Ortega ^{1,3}

doi: 10.1590/0102-311XPT226524

Nos últimos anos, o interesse pelo mapeamento epidemiológico das condições secundárias a acontecimentos potencialmente traumáticos explodiu ¹, levando a um conhecimento abrangente sobre a distribuição, o impacto e os fatores de risco e proteção a que estão submetidas diversas populações. Conceitos como os de prevalência à exposição, prevalência total ou risco condicional se sobrepuseram para moldar diferentes metodologias de apuração das repercussões culturais, individuais e societárias do trauma e, se antes o debate sobre a traumatização permanecia confinado à classificação da malignidade dos eventos ou da adaptabilidade comportamental das respostas, hoje o repertório do campo se complexificou para incluir as determinações culturais ², as trajetórias de recuperação ³ e as mudanças epigenéticas em sujeitos traumatizados ⁴. Indexada à inespecificidade da sintomatologia e ao regime de exceção concedido às categorias psicopatológicas que gozam de um evento etiológico circunscrito como critério diagnóstico *sine qua non* ⁵, a racionalidade traumática se propaga, então, para o território dos transtornos depressivos, ansiosos e, mesmo, para o espectro das psicoses.

Tal movimento, embora efetivamente remonte à emergência do campo dos estudos sobre o estresse traumático, ainda tem seus antecedentes históricos e epistemológicos pouco reconhecidos ou mal delineados. Alguns dos seus mais importantes tratados, como os excelentes trabalhos de Young ⁶ e Fassin & Rechtman ⁷, respectivamente interessados na descrição dos contextos políticos, sociais e institucionais da elaboração do transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), ainda que destaquem as dimensões fundamentais da memória, da confissão e do legado de suspeição de vítimas de trauma, não explicam as determinações epistêmicas pelas quais passa a memória traumática do século XIX, que uma vez emancipada da traumatização física do choque cirúrgico, vem a retomar uma conformação essencialmente somática ao se dissipar no vocabulário bioquímico do estresse. Tal análise, realizada neste e em outros ensaios publicados por esses autores ^{8,9,10}, procura preencher essa lacuna e, portanto, indagar por quais meios os conceitos de inspiração mentalista outrora utilizados na interpretação dos fenômenos traumáticos passaram a ser incorporados por abordagens de matriz neurobiológica que, ao reduzir o trauma às suas categorias de interesse (e.g., correlatos neurais, regiões anatômicas, concentrações metabólicas), eliminam não só a pertinência de doutrinas cuja racionalidade caem fora de seu instrumental discursivo, mas, sobretudo, interditam a análise dos aspectos subjetivos e fenomênicos do sofrimento que interessam a estas.

¹ *Universitat Rovira i Virgili, Tarragona, Espanha.*

² *McGill University, Montreal, Canada.*

³ *Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats, Barcelona, Espanha.*

Correspondência

R. R. S. Ferreira
Rua João Afonso 49, apto. 903, Rio de Janeiro, RJ 22261-040, Brasil.

Ramonrferreira@gmail.com



Nesse ponto, talvez seja importante uma breve análise do reducionismo, a partir de um fenômeno mais elementar que o trauma.

Já foi dito que a análise dos mecanismos anatômicos e funcionais responsáveis pela experiência consciente constituiria o maior desafio da neurociência moderna ¹¹. A envergadura dessa tarefa, que efetivamente corresponde à resolução da herança legada ao pensamento ocidental pelo dualismo cartesiano, representa a eliminação do intervalo entre os eventos que transcorrem nos planos físico e fenomênico da experiência. Porém, reduzir a consciência humana a seus correlatos cerebrais não constitui o mesmo que reduzir a água ao H₂O, o relâmpago à descarga elétrica, o carvalho ao hidrocarboneto ou o gene ao DNA. Há algo mais na redução psicofísica do que se procede nas reduções físico-químicas alcançadas em outros problemas apresentados pelos reducionistas ^{12,13}. Ainda que os mecanismos causais para uma descrição física da percepção visual possam caber na ideia de que a visão é o resultado da discriminação e categorização de ondas eletromagnéticas por um dado sistema visual, nada explicaria por que esse processamento é acompanhado pela experiência de sentir o vermelho vivo ou o azul profundo ¹⁴. Não dispomos de nenhum modelo físico confiável para o funcionamento mental, porque nenhum modelo de redução, quer metodológico, semântico ou ontológico ¹⁵, captura o caráter subjetivo da experiência. Isso significa que tanto a direção, quanto a ordem de grandeza desses métodos permitem que a redução seja compatível com a ausência do fenômeno que ela intenciona reduzir, pois este não participa da estrutura da própria inspeção materialista ¹⁶. Desse modo, todos os métodos que assim procedem avaliam o mental independentemente da dimensão subjetiva da experiência, uma vez que esta é a principal unidade expropriada pela operação redutiva.

Portanto, para o debate do reducionismo, a natureza ou a coerência das explicações de um dado fenômeno parece menos relevante que o poder de um determinado campo/paradigma em chancelar suas próprias práticas discursivas e métodos de produção de verdade. Lembremos que as condições de validade para a utilização de evidências na formulação das hipóteses em psicanálise já vêm sendo exaustivamente avaliadas nos últimos 50 anos em torno de noções como o “argumento de registro” que, em geral, discute se a tentativa psicanalítica de associar o sucesso terapêutico a formulações teóricas se adequa suficientemente às prescrições do indutivismo eliminativo ¹⁷. Logo, independentemente se a traumatogênese for o resultado das experiências descritas nas teorias freudianas da sedução ou da fantasia, ou de uma rede córtico-límbica envolvida no funcionamento recíproco da amígdala, do córtex pré-frontal medial e do hipocampo ¹⁸, a questão fundamental parece ser a de avaliar se de tal multiplicidade teórica redundam múltiplos acervos práticos, apoios institucionais e paradigmas metodológicos.

A ambição de submeter leis e fatos empíricos de uma determinada disciplina às leis e aos fatos empíricos de outra parece ser tão antiga quanto a aposta da filosofia mecânica do século XVII em reduzir todos os eventos físicos às interações de contato local entre partículas materiais impenetráveis ¹⁵. Tal programa descreve uma metodologia calcada na operação explicativa interteórica mediante a qual determinada teoria reduzida encontra seu “esclarecimento” definitivo em uma teoria redutora pressuposta como mais fundamental. Assim, desde uma perspectiva filosófica, a redução representa uma relação entre hipóteses cujo caráter explicativo resulta da presunção de superioridade da teoria redutora sobre a reduzida ¹⁹ e do pretense isomorfismo entre a entidade e os predicados dos termos reduzidos, quer pela maior sistematização, quer pela amplitude explicativa superior. No campo do estresse pós-traumático, muito além de bradar pela pluralidade de modelos de pesquisa, devemos nos perguntar se a admissão de determinados paradigmas incorre (ou não) na eliminação progressiva de outras formas de representação da natureza e do sofrimento. O fato das teorias neurocientíficas contemporâneas do psicotraumatismo resultarem das hipóteses psicodinâmicas de Pierre Janet no século XIX nos adverte a esse respeito.

O problema do trauma – e o de qualquer experiência – será, sempre, uma questão de quantidades e qualidades.

Colaboradores

R. R. S. Ferreira contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final. F. Ortega contribuiu com a redação e revisão; e aprovou a versão final.

Informações adicionais

ORCID: Ramon Reis dos Santos Ferreira (0000-0003-0175-8676); Francisco Ortega (0000-0002-5039-9449).

1. Norris FH, Slone LB. The epidemiology of trauma and PTSD. In: Friedman MJ, Keane TM, Resick PA, editores. *Handbook of PTSD: science and practice*. Nova York: Guilford Press; 2007. p. 78-98.
2. Kirmayer L, Lemelson R, Barad M. Introduction: inscribing trauma in culture, brain, and body. In: Kirmayer LJ, Lemelson R, Barad M, editores. *Understanding trauma: integrating biological, psychological and cultural perspectives*. Nova York: Cambridge University Press; 2007. p. 1-20.
3. Bonanno GA. Loss, trauma, and human resilience: have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *Am Psychol* 2004; 59:20-8.
4. Yehuda R, LeDoux J. Response variation following trauma: a translational neuroscience approach to understanding PTSD. *Neuron* 2007; 56:19-32.
5. Young A. When traumatic memory was a problem: on the historical antecedents of PTSD. In: Rosen GM, editor. *Posttraumatic stress disorder: issues and controversies*. Nova York: John Wiley & Sons; 2004. p. 127-46.
6. Young A. *The harmony of illusions: inventing post-traumatic stress disorder*. v. 11. Princeton: Princeton University Press; 1997.
7. Fassin D, Rechtman R. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: Princeton University Press; 2009.
8. Reis R, Ortega F. As raízes do trauma: uma revisão sobre a história do psicotraumatismo. *Hist Ciênc Saúde-Manguinhos* 2023; 30:e2023039.
9. Reis R, Ortega F. Trauma e literalidade: a razão psicodinâmica no espírito da traumatização neurocientífica. *Ciênc Saúde Colet* 2024; 29:e19502022.
10. Reis R, Ortega F. Cérebro, estresse e defesa: elementos para uma teoria neurocientífica do trauma psicológico. *Psicol USP* 2024; 35:e220033.
11. Edelman GM, Tononi G. *A universe of consciousness: how matter becomes imagination*. Londres: Hachette UK; 2008.
12. Kripke S. Meaning and necessity. In: Davidson D, Harman G, editores. *Semantics of natural language*. Boston: Reidel; 1972. p. 253-355.
13. Nagel T. What is it like to be a bat? In: Block N, editor. *Readings in philosophy of psychology*. v. I. Cambridge: Harvard University Press; 1980. p. 159-68.
14. Chalmers D. Facing up to the problem of consciousness. *J Conscious Stud* 1995; 2:200-19.
15. Sarkar S. Models of reduction and categories of reductionism. *Synthese* 1992; 91:167-94.
16. Fuchs T. *Ecology of the brain: the phenomenology and biology of the embodied mind*. Oxford: Oxford University Press; 2017.
17. Grünbaum A. *Validation in the clinical theory of psychoanalysis: a study in the philosophy of psychoanalysis*. Madison: International Universities Press; 1993.
18. Lanius RA, Vermetten E, Loewenstein RJ, Brand B, Schmahl C, Bremner JD, et al. Emotion modulation in PTSD: clinical and neurobiological evidence for a dissociative subtype. *Am J Psychiatry* 2010; 167:640-7.
19. Kemeny JG, Oppenheim P. On reduction. *Philos Stud* 1956; 7:6-19.

Recebido em 10/Dez/2024
Aprovado em 16/Dez/2024